

REVISTA MARACANAN

Dossiê

Uma lágrima sobre a cicatriz: O desmonte da Universidade pública como desafio à reflexão histórica (#UERJResiste)

A tear dropping on the scar: the dismantle of the public university as a challenge to historical reflection (#UERJResiste)

Francisco Gouvêa de Sousa

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
chico.gouvea31@gmail.com

Géssica Guimarães Gaio

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
gessicagg@yahoo.com.br

Thiago Lima Nicodemo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
tnicodemo@gmail.com

Resumo: Esse trabalho se dá pela evidente necessidade de construção de narrativas sobre o passado (mas não apenas) no contexto contemporâneo, admitindo a história da historiografia como uma fonte para tematizar historicidades, sem que essas historicidades sejam autocentradas ou específicas da historiografia. O desmonte da UERJ é, assim, o pano de fundo do que vivemos, uma lágrima viva e ativa, uma exigência para reflexões sobre teoria e ensino de teoria nas universidades. Assim, ao falar da história da disciplina, falamos do limite de um projeto que pretendia manter vivos princípios modernos que se desfaziam, projeto que ainda orienta parte dos nossos cursos de graduação. É necessário rever nossos princípios. A urgência do presente cobra que tudo o que estava por ser feito seja encaminhado. Ao mesmo tempo, não é o caso de simplesmente anular a força de produções anteriores, pelo contrário. É necessário intensificar heranças como formas, inclusive, de disputar narrativas no presente. O retorno a Bakhtin cumpre esse papel. Falar novamente em ideologia é, antes de tudo, um esforço de ter a história da historiografia como construtora de laços entre gerações. É colocar em movimento um pouco do que se viveu na redemocratização.

Palavras-chave: Historicidade; História da Historiografia; Universidade.

Abstract: This paper addresses narratives about the past (but not just) in the contemporary context. The paper assumes the history of historiography as a source to thematize historicities. Historicities will not be treated here as specific to historiography, on the contrary, they are broad and belong to us. The dismantling of UERJ is thus the background of what we live. It entails a living and active tear, which requires reflections on theory and theory teaching in universities. Thus, in speaking of the history of the discipline, we speak of the limit of a project that intended to keep alive modern principles that were being undone. A project that still guides some of our classes. It is necessary to review our principles. The urgency of the present demands that everything that was to be done to be forwarded. At the same time it is not the case to simply nullify previous productions, by the contrary. It is necessary to intensify inheritances as forms as they are paths to disputing narratives in the present. The return to Bakhtin fulfills this role. To speak again of ideology is, above all, an effort to have the history of historiography as the builder of bonds between generations. The question of ideology sets in motion a little of what has been experienced in redemocratization.

Keywords: Historicity; History of Historiography; University.

Recebido: Abril de 2017

Aprovado: Junho de 2017

Aos nossos alunos.

Introdução

Como refletir sobre a história diante da experiência de desmantelamento da universidade pública, especificamente no contexto em que nos colocamos: o da Universidade do Estado do Rio de Janeiro? Abandonada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, pelo menos, desde finais de 2015, a UERJ agoniza com a falta de pagamento de trabalhadores terceirizados, servidores, bolsistas, alunos cotistas e verba de custeio para seu funcionamento básico. Trabalhar, ensinar e pesquisar, abrindo caminhos para que os estudantes se desenvolvam pode ser encarado como um ato de resistência, sempre associado às disposições da vida ativa. Procuramos demonstrar nesse texto justamente que essa experiência pode nos oferecer um olhar privilegiado para tratar do lugar da história como disciplina hoje.

A crise estrutural da universidade se articula assim com um contexto de crise nas ciências humanas e, em particular, no campo da história. O engajamento com o tempo presente aparece, neste contexto, como um movimento que tanto abre para repensar o lugar da história como disciplina, quanto cobra que uma compreensão deste tempo esteja disponível. Não menos importante, refletir no campo da epistemologia sobre as novas possíveis configurações da história, privilegiando fontes, objetos e caminhos que se abrem a partir dos novos imperativos do mundo, também pode ser encarado como um trabalho de reativação dos vínculos entre universidade e sociedade.

O texto aposta, para que as questões tenham chão, que a história tem tido sua fisionomia definida também pelo espaço no qual se situa: as universidades e as escolas. Ou seja, a pergunta sobre a relação entre o historiador e seu tempo não pode ignorar que a história é disciplina universitária e escolar. O que diremos sobre estes espaços? 1) O campo de produção do conhecimento se autofortifica nas universidades e na *autopoiesis* dos artigos científicos. 2) As escolas são, de longe, espaço de encontro plural, ainda que estas mesmas escolas sejam normatizadas pelo que é, no cotidiano, chamado de "currículo real".

Gostaríamos que este ensaio fosse encarado como uma experiência de mergulho nesse tempo que é o nosso. Tal procedimento tem uma natureza essencialmente epistemológica, na medida em que explora possíveis conexões entre a produção de conhecimento e a experiência histórica, o que é feito na primeira parte do artigo. Para isso, formulamos um caminho que problematiza em vários níveis a própria historicidade da evidência histórica, o que se dá, também, ao encarar a historiografia enquanto fonte histórica, numa reflexão a respeito do limiar entre a tradição disciplinar, constituída entre os séculos XIX e XX, e seus limites, ausências e apagamentos. Enfim, refletindo sobre em que passados se ancora o ofício do historiador.

Uma questão chave, central na segunda parte do artigo, é o lugar que a redemocratização teve como tempo no qual a disciplina se reformula – seja por se reorganizar por pós-graduações, seja por se abrir cada vez mais à sociedade –, reformulação que pode ser descrita como uma brusca ruptura geracional sintetizada na imagem de uma "história nova". Estas breves reflexões sobre a história disciplinar pretendem outra relação com as gerações anteriores. Por isso, recuperamos um aparato crítico de Mikhail Bakhtin – e de seu pseudônimo Volochinov – que gravita ao redor do conceito de ideologia, que foi justamente criticado ao longo da década de 1980. Isso implica colocar em discussão as relações entre linguagem, experiência e narrativa num horizonte histórico distinto do nosso, mas, ao mesmo tempo, incrivelmente atual. A aproximação com um vocabulário crítico é uma forma de se abrir ao nosso tempo, ao atualismo, mantendo uma âncora.

O título do trabalho, "uma lágrima sobre a cicatriz" foi inspirado em passagem do ensaio de Eric Auerbach, "A cicatriz de Ulisses", que compõe a obra *Mimesis*.¹ Esta, por sua vez, foi desdobrada por François Hartog numa reflexão que se sintetiza da seguinte forma: se Heródoto ou Tucídides são os pais da história – ou seja, se ainda for possível conviver com a Antiguidade como origem – Homero seria o pai da historicidade.² Na cena da cicatriz, é posto em xeque a possibilidade de que certas marcas e personagens permaneçam sem explicação, pois eles se afirmam mesmo quando pretendem se esconder – na cena suscitada por Auerbach, Ulisses estava disfarçado quando foi reconhecido justamente pela sua cicatriz. A lágrima, por sua vez, aparece no canto oitavo da *Odisseia*, no qual Ulisses se regozijava em um banquete na terra dos Feácios, e ao escutar a sua história narrada pelo *aedo* foi surpreendido por aquilo que Hartog caracterizou como a "não-coincidência de si consigo mesmo".³ A lágrima é a descoberta da historicidade, é memória da transitoriedade. A cicatriz é marca no corpo, passado que não passa. São imagens que falam de quando o passado nos habita, e nem sempre é por um mesmo caminho. A história como disciplina tem tido pouco tato com as cicatrizes que nós carregamos. Isso quer dizer que o presente que somos não pode ser simplesmente definido como um contexto histórico.

Ser e tempo, implícita ou explicitamente, oferece uma referência para muitos que se dedicam a pensar a tal historicidade, demonstra como a noção de contexto da moderna ciência histórica enraiza uma historicidade imprópria, já que pressupõe que precisamos ser "recontextualizados", quando, na realidade, somos sempre "ser com", ou seja, em-um-mundo em "seu tempo". A historicidade própria é justamente quando se torna possível que o tempo seja, vibre como nosso.⁴ A questão, porém, é que esta descrição supõe uma outra, digamos mais regional, dedicada mais diretamente ao contemporâneo.

¹ AUERBAH, Eric. A Cicatriz de Ulisses. In: *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 1-20.

² HARTOG, François. Primeiras figuras do historiador na Grécia: historicidade e história. In: *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, p. 11-33.

³ *Ibidem*, p. 26.

⁴ ARAÚJO, Valdeci L. História da historiografia como analítica da historicidade. *História da Historiografia*, Mariana, v. 12, p. 34-44, 2013.

Em sua reflexão mais recente, Hans Ulrich Gumbrecht descreve a situação contemporânea de se viver em um mundo entulhado de representações e narrativas sobre o passado, mas, ao mesmo tempo, perceber-se aprisionado em um presente desconectado dos passados e futuros abertos.⁵ Por um lado o passado, ou pelo menos seus objetos e também suas representações, podem se tornar um interesse por si mesmo, como um desejo que supera a necessidade da produção de um sentido. Por outro, não nos parece coerente, se o cenário é este, manter-se munido apenas da possibilidade de falar do passado como algo superado, irreversível. Se a história da disciplina é capaz de flagrar esse tempo que é o nosso, seria possível, também, por ela recolocar questões, reabrindo futuros que já tiveram seu lugar não faz muito tempo.

A evidência historiográfica como fonte histórica: as encruzilhadas da tradição disciplinar

Como sugeriu Valdei Araújo, o estudo do enraizamento disciplinar das formas de conhecimento do passado não pode apenas “se limitar a uma mera descrição desses fenômenos”.⁶ É necessário compreender a própria reflexão sobre a história no tempo, enquanto processos que se entrelaçam com as pulsações das sociedades em transformação. Por isso, a história da historiografia e a teoria da história nunca deixam de estar intrinsecamente ligadas à história social. O fundamento desse conhecimento é essencialmente contraditório, pois em boa parte dos casos, existe um parentesco entre as ferramentas teóricas que nós utilizamos e os objetos descritos, as concepções de história em dado tempo. Gérard Lenclud, ao refletir sobre a noção de “regimes de historicidade” de François Hartog, chamou atenção justamente para a ligação entre a evolução das concepções historiográficas no tempo e os ditos “regimes de historicidade”, certa redução formal da modalidade em que determinada sociedade experimenta o passado em dado momento.⁷

Para efeitos do argumento desse ensaio, o que procuramos compreender melhor é o imperativo de enraizamento no tempo, no próprio presente, que caracteriza o conhecimento histórico especializado. Trata-se de uma espécie de historiografia da historicidade, ou melhor, em termos mais simplificados, de uma reflexão sobre como a evidência historiográfica pode ser fonte. Considerando essa reflexão, a história da historiografia pode se apresentar como uma arqueologia ou autópsia do nosso próprio olhar (e de nossas ferramentas metodológicas) enquanto cientistas sociais, portanto, com forte carga regressiva. Como procurou definir

⁵ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2010.

⁶ ARAÚJO, Valdei L. História da historiografia... *Op. cit.*, p. 43.

⁷ LENCLUD, Gérard. Sur les regimes d'historicité: traversées dans les temps. *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, 61 année, n. 5, sep.-oct. 2006, p. 1053-1084. Tema observado por Caio Zanin, em *A Evidência Histórica na Prática Historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda em Visão do Paraíso*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2017, p. 157.

Gregor Fendt, trata-se de um caso em que significantes mneumônicos contingentes que levam a interpretações mnemônicas regressivas, partindo do presente e indo ao passado, considerando as várias camadas de historicidade que ajudaram a dar forma a um objeto ou tema, tal qual nos foi legado.⁸

Uma autópsia da tópica da história “enquanto ciência do/no presente” tal qual foi popularizada por Benedetto Croce e Marc Bloch, não pode deixar de considerar a historicidade da forma de conhecimento histórico. O presente nunca deixou de estar “presente” no ofício do historiador. O que varia, como veremos, é que o historiador do século XX, tende a transformar o presente em pressuposto do conhecimento histórico, de modo que, de referente silencioso, o presente passa a ser o ponto de partida do olhar do historiador na forma que articula sua investigação.⁹

O que une as máximas de Croce e Bloch é a presença da guerra e do trauma europeu como princípio articulador que acarreta uma revisão de valores dos quais a própria historiografia faz parte.¹⁰ *História, pensamento e ação*, por exemplo, de 1938, problematiza, em um de seus eixos, a questão da contemporaneidade da historiografia.¹¹ Aqui uma das propostas de Croce consiste em estabelecer regras para a compreensão de um livro de história. Na sua ótica, assim como uma poesia, uma obra histórica é composta segundo critérios muito particulares e sua avaliação deveria necessariamente levá-los em conta. Se um livro de poesia deve ser avaliado segundo sua “poeticidade”, um livro de história só pode ser avaliado segundo a sua historicidade.¹² Mas no que consiste a historicidade de um livro de história? Croce responde que essa historicidade reside no fato de que a obra de história é um produto de vários tipos de necessidades da vida do seu autor. Avaliar uma obra de história é pensar na relação entre a “seriedade”, ou seja, o compromisso do historiador com determinados fatores de sua realidade, e a forma com que o passado é reconstituído em sua obra.¹³ A verdade na obra de história não envolve necessariamente a fidelidade e precisão da reconstituição histórica, tanto que muitos grandes livros de história contêm inúmeros equívocos. O que os torna grandes clássicos é o enraizamento nos problemas de seu presente, eles habitam o seu próprio tempo. Assim, a verdade em um livro de história não reside exclusivamente na fidedignidade com os fatos históricos, mas na capacidade da obra em

⁸ FENDT, Gregor; *et al.* Entangled memory: toward a third wave in memory studies. *History and Theory*, Middletown, n. 53, 2014, p. 34.

⁹ BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001; CROCE, Benedetto. *Storia come pensiero e come azione*. Bari: Laterza, 1970.

¹⁰ NICODEMO, Thiago Lima. *Urduidura do Vivido*. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 23-36.

¹¹ Em nota final ao seu texto, Croce esclarece, apoiado na distinção de Heródoto entre *historia rerum gestarum* e *res gestae*, que optou pelo uso do termo “historiografia” para evitar a ambigüidade semântica do termo história, enfatizando assim, que por historiografia compreendia o “pensamento histórico” (grosso modo, a escrita da história) em detrimento do significado da história como conjunto de fatos ou ações (a história vivida). CROCE, Benedetto. *Storia come pensiero... Op. cit.*, p. 315.

¹² *Ibidem*, p. 315, 9.

¹³ *Idem*.

estabelecer uma relação viva entre passado e presente. Nesse contexto Croce faz a conhecida e desgastada consideração de que toda história é história contemporânea.¹⁴

A posição de Croce sobre o caráter contingente da historiografia guarda certa simultaneidade com as reflexões de Bloch sobre o ofício do historiador, iniciadas segundo Carole Fink em 1939,¹⁵ bem como não se distanciam das posições de historiadores como Friedrich Meinecke ou Sérgio Buarque de Holanda, no mesmo período.¹⁶ Trata-se de repensar os valores pretensamente universais da civilização europeia diante de uma tragédia anunciada no presente, com a ascensão do nazismo e do fascismo. O desafio era repensar a ciência histórica diante desta crise de valores, apoiando o fazer histórico disciplinar numa visão crítica e combativa do presente, que procurava inclusive rever os pressupostos etnocêntricos e nacionalistas da própria escrita da história. Emerge nesse contexto o uso do termo "historiografia" como signo distintivo da prática universitária especializada globalmente.¹⁷ Deve-se entender que a história [Geschichte], em sua acepção moderna estabelecida entre finais do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, sofreu sérias transformações de meados do século XIX até os dias atuais como nos esclarece Reinhardt Koselleck.¹⁸ Tomando de empréstimo as palavras de Dalton Sanches, as escritas da história que, apesar de sua diversidade, iniciam-se com a máxima de Croce ou Bloch e se atualizam por ela, são "históricas e/ou historiográficas que, por múltiplas circunstâncias, acompanham a paulatina erosão de uma história singular coletivo não mais capaz de sustentar uma experiência temporal progressiva fadada ao sucesso inexorável do devir humano".¹⁹

Podemos afirmar, portanto, que a disciplinaridade da história se afirma no século XX em um movimento contraditório de revisão de parâmetros civilizacionais de profunda crise. A historicidade do presente é assim apropriada como traço distintivo de um fazer histórico que une comprometimento teórico com comprometimento ético. No entanto, diante da eminência de catástrofe não se pode deixar de observar que a tendência é uma "atualização" do coletivo singular "história", por meio do conjunto de operações reconhecido por "historiografia" e sustentados por uma camada de mediações que historiciza o presente, que produz o que reconhecemos por historicidade.

¹⁴ "Il bisogno pratico, che è nel fondo di ogni giudizio storico, conferisce a ogni storia il carattere di "storia contemporanea", perché, per remoti e timidi che sembrino cronologicamente i fatti che vi entrano, essa è, in realtà, storia sempre riferita al bisogno e alla situazione presente, nella quale quei fatti propagano le loro vibrazione." CROCE, Benedetto. *Storia come pensiero...* Op. cit., p. 315, 11.

¹⁵ FINK, Carole. *Marc Bloch: a life in history*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 210.

¹⁶ NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do vivido*. Op. cit., p. 31-32.

¹⁷ DE FARIA PEREIRA, M. H., CRISTOVÃO DOS SANTOS, P. A., & NICODEMO, T. L. Brazilian historical writing in global perspective: on the emergence of the concept of "historiography". *History and Theory*, Middletown, 54, 2015, p. 84-104.

¹⁸ KOSSELLECK, Reinhardt. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006 (Primeira edição em alemão de 1979). Analisando a reflexão de R. Koselleck sobre o conceito moderno de história, Paul Ricœur afirma: "existe tempo da história na medida em que há uma história una. É a tese mestra de Koselleck". RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007, p. 313.

¹⁹ SANCHES, Dalton. As escritas de (e sobre) Raízes do Brasil: possibilidades e desafios à história da historiografia. *História da Historiografia*, Mariana, n. 9, 2012, p. 216.

Na proporção que a História perdia seu chão, que era a possibilidade de ser ela mesma um coletivo singular, a história enquanto disciplina se tornava cada vez mais conectada às direções que os sistemas sociais seguiram. Não usamos um conceito caro ao sociólogo Niklas Luhmann sem motivos, se discordamos de suas inclinações políticas, concordamos com ele que existe um movimento constante na modernidade pelo qual os sistemas sociais se tornam cada vez mais autofortificados e especializados.²⁰ As ciências são um caso evidente disso. Cada vez mais o ponto de reflexão é mais complexo, ou melhor, a complexidade é mais pontual. Quando Luhmann chama atenção que um comportamento comum a sistemas autofortificados é o de descomplexificação do seu meio e complexificação de seus códigos e operações,²¹ isso quer dizer que a especialização em ciência, por exemplo, depende muito mais da capacidade de selecionar temas que permitam alta complexificação; do que, por exemplo, ser capaz de colocar questões a partir de teorias que não sejam estritamente regionais, ou seja, específicas daquela ciência. A história não é exceção, mas tem suas particularidades.

Do ponto de vista da produção textual está presente sempre aquela mesma inclinação ética que fazia Croce assumir a história como tarefa de um presente. A contradição está no fato de, também pelos limites formais das teses, dissertações e artigos, a história como disciplina tem participado do amplo movimento de produzir para públicos cada vez mais concentrados. Não se trata de simplesmente pretender ampliar o auditório ao qual os historiadores têm acesso – como se a indústria cultural não existisse e bastasse um gesto de vontade para que uma escrita seja publicada e amplamente divulgada – mas ampliar o espaço de formulação das questões, ou seja, de superar os limites de um elemento que foi coeso ao longo de todo o século XX: o lugar do autor.

A chamada “história problema” – contraparte necessária da máxima de Marc Bloch atualizada sucessivamente por Carr, Gaddis, Prost,²² entre tantos outros – supõe que a afirmação da questão se dá pelo historiador, por um olhar autocentrado, por uma observação de segunda ordem que promete expor suas principais orientações.²³ De início, a permanência deste princípio fala de uma fragilidade em nossa autocompreensão, na medida em que limita excessivamente suas tradições e, assim, desconhece o quanto este princípio não é, absolutamente, específico da chamada “escola dos Annales”. Mas, sobretudo, que esta unidade – o autor – carece de fundamentação. Não falamos de compreensão do conceito, o que Foucault nos apresenta,²⁴ mas de sua justificativa naqueles dois espaços centrais da vida do

²⁰ LUHMANN, Niklas. *Introdução à Teoria dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes, 2010.

²¹ LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulos, 2005.

²² CARR, Edward Hallet. *O que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: Como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003; PROST, Antonie. *Doze lições sobre história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

²³ “Observação de segunda ordem significa localizar um observador no mundo que observa outros e gerar as várias versões do mundo (incluindo o nosso observador) — apesar de só podermos fazê-lo em um mundo”. ECHMANN, Gotthard & STEHR, Nico. Niklas Luhmann. *Tempo social* [online]. 2001, v. 13, n. 2 [cited 2017-04-30], p.195.

²⁴ FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Portugal: Veja/Passagens, 2002.

historiador: a escrita e a sala de aula. Não é evidente hoje, por exemplo, se produzimos como arquipélagos ou se seremos capazes de produzir conjuntamente. De toda forma, parece cada vez menos possível afirmar que as saídas para o que se coloca hoje cabem dentro de um "eu".

Por outro lado, se é verdade que o coletivo singular, ao qual Croce se referia e o qual lhe dava chão, se tornava cada vez menos disponível – especialmente depois da *aparente perda de horizonte de inteligibilidade* vivida por muitos ao fim da Guerra Fria –,²⁵ certas pretensões deste coletivo singular, como a universalização do acesso ao ensino, foram sendo efetivadas. Isso trouxe, inevitavelmente, uma outra condição para o ensino. Se o historiador é autor tanto em sala, quanto na escrita,²⁶ o ensino cada vez mais é dedicado a quem, até então, esteve fora dele. A abertura do ensino, fundamental, médio ou universitário, implica numa necessidade de abertura para possibilidades de renovação. Uma das chaves para esta abertura é justamente tencionar a centralidade da condição do autor e colocar o historiador também como meio de multiplicar a ação junto àqueles que, cada vez, têm chamado para si a condição de detentores de passado.

Fazer história do tempo presente é fundamental, mas não resolve a questão. Não basta se aproximar do horizonte do presente, é necessário afirmar que nem tudo que se tem acesso do passado fica nele, nem tudo é superado. A cicatriz, a memória que está no corpo, jamais será acessível por uma história que se pretende metodologicamente distanciada e, simultaneamente, aberta a seu próprio tempo. As relações que se estabelecem com as histórias são tão plurais quanto os auditórios, ouvi-los é um caminho, no mínimo, para aula ocorrer. Contingente por natureza, as aulas nem sempre acontecem da forma como se planeja.

Uma das razões para uma aula desandar é tratar uma cicatriz como lágrima. Considerando que a política de cotas tem sido um sucesso inquestionável e que a UERJ foi pioneira na reserva de vagas, nesta mesma UERJ, hoje, depois de dezesseis anos de reserva de vagas, a história em África ou da escravidão não são apenas temas, são questões vivas. Não há chance de falar da escravidão como um passado que existe apenas em sua historicidade. Todo auditório hoje demonstrará certa resistência a tornar cicatriz em lágrima, como um passado que termina. Pelas várias questões que Berber Bevergane faz a partir de algumas experiências de justiça de transição,²⁷ fica evidente que a história moderna – especialmente aquela que se torna disciplina ao longo do oitocentos – tende a ver o passado como irreversível, enquanto que muitas vezes o passado é irremovível, ou seja, ele não se afasta, não há distanciamento possível em relação a ele. Se na escrita é possível forjar o

²⁵ PALTÍ, Elias. *Verdades y saberes del marxismo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

²⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. "Mas não somente assim!" Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. *Tempo* [online], Niterói (RJ), 2006, v. 11, n. 21, p.5-16.

²⁷ BEVERNAGE, Berber. *History, Memory and State-Sponsored violence: Time and Justice*. London: Routledge, 2011.

objeto através da perspectiva do distanciamento, em sala nem sempre isso será possível. O trauma, por vezes, vai aparecer.²⁸

Historicidade e experiência histórica: a construção narrativa da realidade

O fato da máxima de Croce e Bloch ter tido longevidade não quer dizer que tenha sido uma mesma coisa. A afirmação de que o historiador fala do seu presente – como se isso não dependesse de uma decisão – foi modificada pela experiência recente na medida em que o coletivo singular ao qual Croce pretendia se reportar se tornava cada vez menos disponível. Se tomarmos *Paisagens da história* como um índice – livro que um historiador consagrado do século XX considera como síntese de sua trajetória – fica patente o quanto a filiação da disciplina à primeira geração dos Annales, mais fundamental a Marc Bloch no caso de Gaddis, permite uma autonomia excessiva em relação aos debates que formam a área. Isso chega ao ponto em que, um historiador que viveu e produziu sobre o século XX, simplesmente ignora toda a contribuição que tradições marxistas ou weberianas deram à história. Seria necessário muito tempo para demonstrar isso passo a passo, o ponto é que existe algo de fundamental ao longo da Guerra Fria que se consolida com seu fim, uma necessidade de renovação do olhar para o passado que inspira um abandono sistemático do que foi produzido até então. É evidente que não se abandona tudo, o próprio Gaddis mantém um apreço e um lugar para Bloch e também para Edward Carr, mas toda uma diversidade é posta de lado na construção de uma narrativa sobre a disciplina que se refina na proporção que se limita. Na década de 80, a renovação historiográfica foi feita ao custo de um abandono muito radical de agendas de pesquisa vigentes até então.

Valdei Araújo tem muita razão quando localiza que um dos epicentros deste movimento é o conceito de ideologia, ou melhor, o afastamento de todo um aparato conceitual que gravita em torno deste conceito.²⁹ Se é evidente que este afastamento permitiu um conjunto amplo de estudos – a emergência de uma história da historiografia se dá, também, por este afastamento segundo Araújo – ele recolocou as possibilidades de autopoiesis da escrita acadêmica, só que agora talvez em termos mais radicais. Ideologia, ou a crítica de maneira geral, cobra uma certa posição em relação ao uso da linguagem que supõe, no mínimo, que as relações sociais pelas quais a linguagem se dá sejam discutidas. Mais que isso, critica a dimensão de violência contida em toda linguagem ou a pretensão de resumir as funções fundamentais do Estado a um conhecimento técnico – ambos são exemplos das últimas atualizações de reflexões que

²⁸ ARAÚJO, Valdei L. A aula como desafio à experiência da história. In: GONÇALVES, Marcia de Almeida; MONTEIRO, Ana Maria; REZNIK, Luís & ROCHA, Helenice (orgs.). *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro: FGV, 2012, v. 1, p. 66-77.

²⁹ ARAÚJO, Valdei Lopes. O século XIX no contexto da redemocratização brasileira: a escrita da história oitocentista, balanço e desafios. In: ARAÚJO, Valdei Lopes & OLIVEIRA, Maria da Glória (orgs.). *Disputas pelo Passado: História e historiadores no Império do Brasil*. Ouro Preto: Editora da Universidade Federal de Ouro Preto, 2012, v. 1, p. 8-41.

partem do conceito de ideologia – indicam que mesmo que o gesto crítico não mais oriente a ação, como fazia quando a História ainda podia ser um coletivo singular, ele ainda é formativo.³⁰ Existe uma formação pela crítica que não produz mais, hoje, a impressão de que a crítica à ideologia seja uma espécie de lugar privilegiado, fora e acima do mundo no qual um historiador, ou quem quer que se imagine ainda como “intelectual”, esteja.

A crítica, porém, não se acenta necessariamente num autor, muito pelo contrário. Se há algo de forte e em aberto em muitos leitores de Marx é a necessidade de superação de qualquer teoria do sujeito que o coloque como autocentrado. No roteiro clássico do vocabulário marxista, as vezes se percebe pouco o quanto o conceito de *classe* altera radicalmente o que se pensa por consciência. Se a consciência é de classe, de começo, ela não se estabiliza num “eu”. Reafirmando algo que Althusser já disse, existe implícita uma necessidade de superação de qualquer teoria do sujeito, no singular, em Marx. Como não é possível retomar, porém, integralmente tudo o que Gaddis deixa de lado ao se filiar sobretudo a Marc Bloch e Edward Carr – e aqui o tomamos apenas como índice de algo mais amplo – vale ir a um autor que foi importante nesta encruzilhada que foi a década de 1980, mas que foi progressivamente esquecido na história como disciplina.

Mikhail Bakhtin foi sistematicamente traduzido ao longo da década de 1980 no Brasil. Na história cultural sua recepção foi intensa, especialmente o conceito de circularidade. Porém, esta é apenas uma parte pontual de suas reflexões. Não escolhemos Bakhtin ao acaso, por ele é possível recuperar um lugar para o repertório crítico sem que ele precise se ancorar num coletivo singular ou num autor. Por ele é possível se abrir às demandas do hoje sem que, com isso, fique em aberto o risco de se perder nas muitas questões candentes de nosso tempo. Esse retorno, portanto, foi quase um imperativo da experiência, pois no enfrentamento com as condições da reflexão e do exercício da docência nos últimos quinze meses, revelou-se importante considerar a produção historiográfica em meio ao debate público e a disputa narrativa pelos sentidos do passado, presente e futuro. Além disso, outro autor do século passado, desta vez Max Horkheimer, em um texto publicado em 1934, nos dizia que as ciências humanas, em sua produção acadêmica, haviam esvaziado o conceito de ideologia de sua “periculosidade”.³¹ Ora, é também por uma retomada de uma perspectiva “forte” do conceito de ideologia que propomos esta reaproximação.³²

³⁰ HABERMAS, J. “Política cientificizada e opinião pública. In: *Técnica e ciência como “ideologia”*. São Paulo: Editora da Unesp, 2014, p. 151-176.

³¹ O texto em questão foi publicado com o título “Urbanidade da linguagem”. A referência utilizada aqui pode ser encontrada em: KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 77.

³² No *Dicionário de política*, coordenado por Noberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, o verbete “ideologia” foi escrito por Mario Stoppino. Neste verbete, Stoppino sugere que há na tradição intelectual a utilização do conceito de ideologia em um significado *fraco* e um significado *forte*. A primeira estaria associada à concepção de ideologia como fruto de todo tipo de conjunto de idéias ou consciência que orienta a ação no mundo, adquirindo assim um caráter neutro. Já o sentido *forte* do termo revelaria, desde Marx, a relação entre ideologia e dominação social, e, portanto causando uma tensão na produção de conhecimento sobre o mundo e a sociedade, aqui o conceito teria um aspecto crítico e negativo. KONDER, Leandro. *Op. cit.*, p. 10.

Bakhtin afirmara que a realidade fundamental da língua consiste em sua função comunicativa, em outras palavras, os pensadores que compõe o *Círculo de Bakhtin* consideram que a língua expressa materialmente os resultados da comunicação.³³ Contrariando a tradição humboldtiana que entende a linguagem como manifestação de uma essência intelectual, uma atribuição da mente que nomeia e dá sentido ao mundo, a perspectiva aberta pelo trabalho de Bakhtin enfatiza o caráter dialógico da linguagem e da construção de sentidos para o mundo que ele ajuda a criar e que a modifica, dialeticamente.³⁴

Dessa forma, a interlocução se torna o fundamento mesmo da linguagem, e toda semântica somente pode ser buscada nessa interação entre o “eu” e o “outro” da fala, sejam esses indivíduos ou coletividades. É importante notar que a comunicação é entendida não como um ato de falar para o outro, mas falar em relação ao outro. Por isso, no jogo da fala a relação entre significante (as palavras) e o significado (os que as palavras significam) nunca é passiva. O resultado da comunicação não depende apenas das intenções do remetente, ou das limitações do destinatário, o sentido da comunicação se faz na troca entre intencionalidade e recepção, é nesse jogo que a linguagem pode construir um campo de entendimento comum. Assim sendo, fala-se para o outro, na mesma medida que ouvir significa reagir ao estímulo recebido – seja imediatamente ou não.

Nesse jogo social o ouvinte torna-se falante, sua atitude jamais pode ser compreendida como passiva. O ouvinte deve ter uma atitude responsiva para que a comunicação se efetive. De certo que a resposta nem sempre é positiva, porém mesmo quando discorda, ignora, aceita, refuta, etc, o ouvinte está reagindo ao enunciado e assim a comunicação se efetiva. Se não há resposta, não há comunicação. Segundo Bakhtin, “toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se o locutor”.³⁵ Por isso a disputa semiótica é importante no processo de democratização da agenda política e da sociedade como um todo. A ampliação do campo de visão dos indivíduos é uma maneira efetiva de ampliar suas possibilidades responsivas aos diversos enunciados.

É preciso pensar, por exemplo, na efusão do uso de adjetivos como “ideológicos” ou “doutrinadores” a fim de desqualificar práticas educacionais e teorias pedagógicas. O surgimento do movimento Escola Sem Partido talvez seja o exemplo mais concreto dessa atitude.³⁶ É notório que não há neste movimento nenhuma reflexão mais atenta às transformações do conceito de ideologia e a história de sua recepção e uso. Ideologia não significa aqui mais do que conjunto de idéias que são orquestradas para o falseamento da realidade, praticamente como sinônimo de mentira.

³³ MOLON, Newton Duarte & VIANNA, Rodolfo. O Círculo de Bakhtin e a Lingüística Aplicada. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, São Paulo, v. 7, n. 2, jul-dez 2012.

³⁴ BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

³⁵ *Ibidem*, p. 290.

³⁶ FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola "Sem" Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017.

De certo que na obra de Bakhtin e entre os seus colaboradores o conceito adquire maior complexidade, sobretudo por influência da perspectiva marxista.³⁷ Ideologia é entendida inicialmente como a naturalização cotidiana dos dispositivos pelos quais uma parte, uma classe minoritária, impõe seus interesses a todos. São as condições concretas da vida, a historicidade dos indivíduos e a luta de classes inerente a uma sociedade desigual que possibilitam o desenvolvimento das ideologias. Assim sendo, o lingüista russo entendia que todo signo é ideológico, ou seja, todo signo reflete e refrata a estrutura sócio-econômica da qual se originou. Faz-se imperioso destacar que um signo não apenas reflete a estrutura na qual foi produzido, bem como ele também a distorce e produz imagens diversas a partir do original. Esse caráter ideológico do signo permite que a luta de classes se imprima na disputa social pelo seu sentido. Uma vez que todo signo é composto por índices de valores contraditórios, é na contenda por esses índices que o signo pode ter seu conteúdo e sentido transformado. A disputa pelo uso político de um signo pode revelar uma face significativa das querelas entre grupos sociais e suas distintas visões de mundo.

Da mesma maneira, quando o comunicador endereça seu enunciado, esse mesmo falante não pode ser assemelhado ao "Adão bíblico", em outras palavras "o próprio locutor como tal é, em certo grau, um respondente, pois não é o primeiro locutor, que rompe pela primeira vez o eterno silêncio de um mundo mudo".³⁸ Ora, portanto todo discurso se coloca no tempo em referência a um antes e um depois, o meu enunciado começa a partir de dos enunciados de "outros" anteriores a mim, bem como continua com os enunciados responsivos dos outros que seguirão na recepção da fala. Assim é composta uma espécie de encadeamento de enunciados no qual a disputa pelo signo é constante. Bem como se torna possível a permanência de um diálogo, mesmo através do tempo e para além de performances irrepetíveis.

Escusado lembrar que a teoria bakhtiniana gira em torno da noção de "gêneros do discurso" e da problematização acerca das possibilidades de entender o campo semiótico a partir dos mesmos – ainda que a variedade dos gêneros possa ser infinita. Todavia, Bakhtin acreditava ser possível avançar na teoria sobre a linguagem e sua produção de sentido no mundo analisando como os mais diversos gêneros do discurso se constituem, se apropriam da linguagem, se inserem no jogo social e colaboram a sua maneira para a construção coletiva de uma ideia de realidade. Se ele entendia os discursos como "qualquer enunciado considerado isoladamente" os gêneros do discurso corresponderiam à maneira como "cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados".³⁹ Mesmo sem poder imaginar a internet e as redes sociais como viralizadores de gêneros bem específicos de discursos, o lingüista russo já havia atentado para a variedade inesgotável da atividade humana e, portanto dos gêneros discursivos.

³⁷ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

³⁸ BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. *Op. cit.*, p. 291.

³⁹ *Ibidem*, p. 279.

Qual seria o lugar do discurso científico em uma sociedade extremamente marcada pela atualização dos dados, pela aceleração da comunicação e a coloquialidade das redes sociais? De acordo com Bakhtin a ciência pode ser compreendida como um “gênero secundário dos discursos”, pois produzido a partir da complexificação da própria estrutura social, assim como a política, a arte, etc. No discurso científico estão compreendidos os enunciados daqueles que antecederam a comunicação presente, bem como aqueles que serão interpolados pela pesquisa, enlaçando assim presente, passado e futuro. O discurso será melhor compreendido – nos termos de Bakhtin, adquirirá um acabamento – quando o repertório em jogo for comum aos agentes da comunicação.

Voltando aos espaços do historiador, se esta última afirmação por si já permitiria muitas reflexões sobre o ensino, parece que é sobre a escrita que a questão fica mais tensa. Se por um lado, a existência de um repertório oferece uma moeda comum entre aqueles que participam de uma comunidade e partilham certas funções sociais, em outro prisma, pode significar uma barreira intransponível para a comunicação.

Sendo assim, é notório o quanto a linguagem acadêmica pode afastar não-historiadores do debate sobre o passado, tendo como uma das conseqüências a abertura deste espaço para atores oriundos de outros lugares de fala, seja o jornalista, o dramaturgo, o carnavalesco, o político, entre outros. Não estamos advogando pelo monopólio do discurso sobre o passado, apenas atentando para a importância do historiador se inserir nesta disputa. O discurso científico é um dos gêneros através do qual os historiadores comunicam suas pesquisas, entretanto, precisamos ampliar nossa conversa com a sociedade, a fim de tornar nosso trabalho mais próximo não só aos estudantes da educação básica, bem como a toda a comunidade.

O discurso historiográfico tem como uma de suas atribuições a construção de identidades, sejam individuais ou coletivas, e também neste gênero o tempo do enunciado é o “já-aqui”, enquanto o tempo da resposta é o “por-vir”. Quando o discurso acadêmico se afasta do debate público, a comunicação não se efetiva e este por-vir não poderá encontrar acabamento. Nesta operação outras perspectivas sobre o passado ocupam a lacuna deixada pelos historiadores e, por vezes, essa omissão pode ser muito onerosa à compreensão do passado e seus usos no presente. Disputar narrativas no contexto sócio-político no qual o historiador está inserido pode ser um dos caminhos para tornar a relação entre passado, presente e futuro mais acessível também àqueles que não comungam das regras científicas que dão forma ao campo. Pois se o sucesso de uma comunicação reside na apropriação coletiva de um enunciado, os historiadores precisam disputar espaços nos quais conceitos e categorias de envergadura conservadora têm sido utilizados e disseminados, a fim de historicizar seus sentidos e conseqüências políticas ao longo da história. É na disputa pelo sentido dos signos que a linguagem revela sua maior relação com o mundo real, uma vez que como mediadora entre mundo e sociedade é capaz de interferir tanto na nossa maneira de entender o mundo, como na compreensão que temos de nós mesmo como seres históricos.

Para tal, me parece central a ênfase em um conceito muito caro aos historiadores desde a emergência do historicismo alemão, trata-se da noção de *historicidade*. Segundo Carlos Maia “o conceito de historicidade é o que impede que se considere um sujeito em si, isolado, um pensador livre, axiologicamente neutro – uma “folha em branco”. Ele possui valores e está recheado de inscrições dadas pelas vivências que o constituem como um ser histórico”.⁴⁰ O alargamento da preocupação com a historicidade para o universo dos conceitos e, até mesmo, da escrita da história, é o que singulariza o discurso do historiador na sociedade. Maia destaca este “agenciamento material recíproco” entre sujeito e objeto como um constante processo de significação da realidade no devir histórico. Dessa maneira, nenhuma narrativa seria capaz de expressar conteúdos absolutos, uma vez que “toda narrativa é uma articulação de significações historicamente produzidas, extraídas por sujeitos situados em circunstâncias determinadas”.⁴¹ Assim, a linguagem também deve ser entendida como um produto das experiências coletivas, cujas vivências compartilhadas modificam e são modificadas pela linguagem.

Assim chegamos ao começo. Se desnaturalizarmos a máxima – “toda história é história do seu tempo” –, se a relação com o presente depende de uma decisão, se inclusive esta decisão depende de algum grau de definição do tempo que habitamos e que, igualmente, nos habita, então a necessidade de encontrar aquilo que temos e vivemos em comum não é diferente do que o repertório crítico potencialmente produz: ambos caminham em direção a um descentramento do sujeito, ou seja, a crítica nos coloca em risco a vaga ideia de que nós somos, cada um, um “eu”. Pelo contrário, a crítica à dimensão ideológica da linguagem reafirma sistematicamente que a linguagem não é o resultado das escolhas de um indivíduo autocentrado e autônomo, mas sempre produto do encontro, e que a naturalização da linguagem se dá por um movimento sempre aberto a disputa.

A história diante do abismo: possibilidades de uma escrita da história “democrática”

Não se pode negar que os historiadores no Brasil vêm reagindo ao contexto de crise das ciências humanas, buscando alternativas de comunicação com o público, ao ampliar a pertinência social de suas pesquisas, abordando posições políticas no debate público sobre temas relevantes, como no caso da relação entre escravidão, desigualdade e reparação, ou no debate sobre a herança do autoritarismo e os impasses da democracia na nossa sociedade. Mas é necessário avançar ainda mais no desenvolvimento de pesquisa e formas de comunicação que possibilitem um diálogo dinâmico entre presente, passado e futuro,

⁴⁰ MAIA, Carlos. Crise da História ou Crise dos Historiadores. In: *História, Ciência e Linguagem: o dilema do relativismo-realismo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015, p. 16.

⁴¹ *Ibidem*, p. 19.

envolvendo os alunos e abrangendo temas como os cataclismas ambientais e mudanças climáticas,⁴² a comunicação e sociabilidade digital,⁴³ a engenharia genética e outros avanços tecnológicos de ponta; bem como ampliar a reflexão sobre os condicionantes ideológicos do nosso próprio olhar, aprofundando temas como o eurocentrismo e o etnocentrismo, o preconceito, gênero, etnocídios e história, dentre tantos outros.

Um exemplo interessante é o da reflexão sobre os pressupostos eurocêntricos e etnocêntricos do pensamento histórico, que está presente como substrato teórico da demanda pela inclusão social nas universidades hoje, bem como vem se difundindo em debates sobre ensino de história. O edital do atual Plano Nacional do Livro Didático, PNLD, estabelece que a incidência de uma perspectiva eurocêntrica ou etnocêntrica pode levar a obra à desclassificação. Isso contrasta com a reflexão bastante tímida no Brasil a respeito desse aparato conceitual que, fora do Brasil, vem à reboque de tendências bastante discutidas nos últimos anos como os “Estudos Subalternos”, os “Estudos Pós-Coloniais” e a “História Global”.⁴⁴

Teoria da história e história da historiografia podem ser lugares de fala privilegiados na busca em rearticular algumas formas de comunicação entre presente, passado e futuro. O caminho deverá se dar em reflexões que ampliam as “condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado”,⁴⁵ o que permite um olhar crítico para a tradição disciplinar da história (e das modalidades de experiência com o passado), mas também busca ir além, constituindo um passado “múltiplo” e “multidirecionado”, como sugeriu Paul Ricœur.⁴⁶ Uma escrita da história democrática deve ser capaz de agregar múltiplas experiências dos atores sociais que hoje despontam.

Possivelmente essas múltiplas experiências devem ir além do olhar do próprio professor, moldado, por enquanto no universo de valores e na episteme do século XX. Deve-se pesar aí a experiência de nossa geração, professores de 30-45 anos, geração (ou gerações) marcada pela trajetória política do Brasil recente, infância ou adolescência na década de 1980, graduação no governo Fernando Henrique Cardoso, pós-graduação no Governo Lula e vida profissional plena a partir desta gestão e dos governos Dilma. Nossa imaginação intelectual tendeu a ser configurada numa universidade de caráter excludente (no sentido de um privilégio para poucos indivíduos), o que marca não apenas a questão do acesso, mas também

⁴² Tais como o trabalho de Luiz Marques, *Capitalismo e Colapso Ambiental*, da Ed. Unicamp, 2015.

⁴³ Como, por exemplo, os trabalhos de Gerome De Groot, *Consuming History*, Routledge, 2009; ou, da atividade de várias associações tais como a *International Federation for Public History* (<http://ifph.hypotheses.org>) ou o *National Council on Public History* (<http://ncph.org>).

⁴⁴ Em publicação recente na revista *Estudos Históricos*, Mateus Pereira (UFOP), Pedro Afonso dos Santos (UNILA) e Thiago Nicodemo (UERJ) abordaram esta questão. Cf: *Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, 2017.

⁴⁵ GUIMARÃES, M. L. L. S. Memória, história e historiografia. In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sara Fassa & TOSTES, Vera Lúcia Bottrel (orgs.). *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 92.

⁴⁶ RICŒUR, Paul. *A memória, a história... Op. cit.*

os procedimentos de pesquisa, o repertório de temas a serem investigados, de protocolos de inclusão e exclusão social e de formas de comunicação com o público.

Essa formação contrasta com a realidade da universidade que ora trabalhamos enquanto professores, marcadamente mais democratizada no contexto posterior à expansão de cursos, vagas e *campi*. Isso inclui um contingente de alunos que em sua maioria é a primeira geração a alcançar acesso à universidade em sua realidade familiar. Deve ser considerada preconceituosa a proposição de que devemos neste contexto diminuir a nossa exigência face aos alunos com formação cada vez mais deficitária. De certo, é necessário um olhar atento para os estudantes neste panorama de transformação, pois são das suas demandas e horizontes que novos pontos de vista sobre o fazer acadêmico surgirão e vem surgindo. Em grande medida, pensar a agenda de trabalho da história no século XXI depende de potências criativas da universidade e das escolas da educação básica, tais como as novas demandas por justiça social, por reparação de grupos minoritários, e por novas formas de sociabilidade e organização cooperativa.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro vem sendo terreno fértil para a troca de experiências e aprendizado dessa natureza, já que é pioneira na política de cotas tanto na graduação quanto na pós-graduação, e por atender em grande medida populações originadas das zonas norte e oeste da cidade do Rio de Janeiro, bem como da Baixada Fluminense. A partir disso, podemos criar condições para trabalhos que ultrapassem valores epistemológicos que enredam o nosso próprio olhar, coisa que só pode ser atingida junto com nossos alunos e a multiplicidade de mundos que vibram no encontro chamado aula e, evidentemente, também fora dela. Isso pressupõe um agenciamento de formas de debate e de metodologias que sejam mais participativas e, para isso, horizontais.

Também devemos procurar uma visão em escala transnacional da questão, pois apesar de muitos de nossos trabalhos historiográficos terem como fontes, objetos, problemas, e autores nacionais/locais, esses problemas são, do ponto de vista de sua historicidade, inseridos em "redes" transnacionais de difusão de conhecimento. Ou seja, não é mais possível pressupor que a própria história do velho continente possa ser autocentrada. Isso inclui também novas formas de cooperação, que dissolvam a ideia da autoria acadêmica enquanto centrada na figura de um professor enquanto autoridade. Este trabalho pode ser assim encarado como um ensaio de cooperação, um exercício de dissolução das subjetividades em direção ao que nos é mais comum e mais imediato, as demandas do nosso tempo, as demandas de nossos alunos, nossa inserção no universo de uma universidade em profunda crise.

Mas este ensaio não termina num dia qualquer. A abertura ao tempo que é o nosso, o lamento e a lágrima que caem sobre uma ferida profunda que interrompeu tantos sonhos, é, mesmo assim e antes de tudo, envolvimento e vida ativa. Se abrir a contingência ao presente. Se abrir ao passado como contingência, liberando passados e suas vozes até então suprimidas. O engajamento com o presente, a verdade do desmonte, tudo suspende a possibilidade de rotinização da história da historiografia que se torna, assim, possível quando aberta ao próprio tempo, no tempo. Da situação limite em que nos encontramos é difícil saber onde apostar o

pouco que resta, mas, aproveitando do momento de hesitação e instabilidade, pode-se transformar em potência o que se há de mais precário, o que nos projeta diretamente na incerteza e nas oscilações próprias à historicidade.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 28 de abril de 2017,
dia de Greve Geral.

Thiago Lima Nicodemo: Professor Adjunto do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Rio de Janeiro (UERJ); Pesquisador do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP); Mestre e Doutor em História Social pela USP; realizou estágio pós-doutoral pelo IEB-USP. É autor dos livros *Urdidura do Vivido* (EDUSP, 2008) e *Alegoria Moderna* (UNIFESP, 2014), sobre a obra de Sérgio Buarque de Holanda, dentre outros escritos, nos quais se dedica ao pensamento social brasileiro. Integra o Laboratório Redes de Poder e Relações Culturais (REDES-UERJ) e a COMUM – Comunidade de Estudos de Teoria da História da UERJ.

Géssica Guimarães Gaio: Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), atuando na área de Teoria da História e Historiografia; Bacharel e licenciada em História pela UERJ, Mestre e Doutora em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Suas principais áreas de atuação são: Teoria da História, História da Historiografia, História da Historiografia Brasileira, Historiografia Alemã, História Moderna e Ensino de História. Integra o Laboratório NUBHES – Núcleo de Estudos sobre Biografia, História, Ensino e Subjetividades (UERJ) e a COMUM - Comunidade de Estudos de Teoria da História da UERJ.

Francisco Gouvea de Sousa: Professor Adjunto na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, atuando na área de Teoria da História e Historiografia; Mestre e Doutor em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; realizou estágio pós-doutoral na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e na Universidade Federal de Ouro Preto. Integra o Laboratório NUBHES – Núcleo de Estudos sobre Biografia, História, Ensino e Subjetividades (UERJ) e a COMUM – Comunidade de Estudos de Teoria da História da UERJ.